

União como acesso à cidade: a UTF entre a história e a memória do movimento associativo de favelas do Rio de Janeiro

The Confederation as a form of access to the city: the UTF, between the history and the memory of the favela association movement in Rio de Janeiro

Rafael Soares Gonçalves

Jurista e doutor em História pela Universidade de Paris 7,
professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio

rafaelsgoncalves@yahoo.com.br

Mauro Amoroso

Mestre em História pela UFF e doutor em História pelo CPDOC/FGV,
professor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ)
e da Universidade Cândido Mendes

amoroso.mauro@gmail.com

RESUMO:

O objetivo do presente artigo é analisar a atuação e as propostas da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), um dos primeiros órgãos surgidos com o objetivo de unificar sob sua égide diferentes associações de favelas. A UTF, surgida em 1954 e extinta com o golpe de 1964, possuía um projeto político de garantir acesso a direitos e bens de infraestrutura urbana para os moradores desses espaços. No final dos anos 1970, sua memória foi usada para legitimação de uma nova postura do movimento associativo de favelas, a partir dos projetos de construção de uma plataforma de direitos e serviços da União, fato também debatido neste trabalho.

Palavras-chave: União dos Trabalhadores Favelados; Magarinos Torres; associativismo

ABSTRACT:

The aim of this article is to analyse the actions and proposals by the União dos Trabalhadores Favelados (Confederation of Favela Workers – UTF), one of the first organisations born with the aim of unifying different favela associations under its umbrella. The UTF, born in 1954 and extinguished with the 1964 coup, had a political project of guaranteeing access to rights, and urban infrastructure and public goods for the inhabitants of these spaces. In the late 1970s, its memory was used to legitimise the favela association movement's new posture, based on projects for the construction of a platform of rights and services of the Confederation, a fact also discussed in this text.

Keywords: União dos Trabalhadores Favelados; Magarinos Torres; associativism

A formação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), em 1954, é uma referência na historiografia das favelas cariocas como movimento pioneiro e mobilizador dos favelados em escala municipal. Contudo, não deve ser ignorado que a mobilização nas favelas em torno da reivindicação pelo direito à cidade se confunde com a própria história desses espaços, sendo possível mapear ações mobilizatórias desde o final do século XIX, assim como a existência de estruturas mais institucionais, as Associações Pró-melhoramentos, já na década de 1920. O processo de democratização pós-Estado Novo e o acirramento dos conflitos fundiários na cidade nos anos 1950, com a expansão do setor imobiliário nessa década, trouxe um novo vigor ao movimento associativista nas favelas, sendo a UTF uma das principais estruturas que emergem no cenário político carioca.

O objetivo central do presente artigo é debater a centralidade adquirida pela UTF a partir de relatos orais de moradores de favelas e lideranças políticas, assim como de fontes documentais de arquivos públicos e privados e da imprensa escrita. Neste contexto, levantaremos brevemente, em primeiro lugar, a presença de movimentos favelados anterior à formação da UTF nos anos 1950; em seguida, analisaremos o contexto histórico de formação da UTF e seus aspectos pioneiros, e, enfim, a retomada do movimento associativo favelado no período de redemocratização, já no final dos anos 1970, que voltou seus olhares para a memória da UTF no processo de reconstrução política do movimento associativo nas favelas cariocas.

O Associativismo nas favelas cariocas na primeira metade do século XX

A mobilização política dos favelados é tão antiga quanto as próprias favelas. Gonçalves (2010) identifica que no final do século XIX, os favelados do morro de Santo Antônio já se articulavam coletivamente para fazer valer seus interesses. Endereçaram cartas à Prefeitura, pleiteando o direito de permanecer no morro onde já estavam instalados. Ora, a mobilização dos favelados sempre esteve profundamente associada com o espaço onde moravam, em uma perspectiva de garantir os benefícios que a localização privilegiada das favelas lhes permitia usufruir, e não se resumia somente ao direito à moradia, que poderia ser assegurado em outras áreas distantes e isoladas da cidade.

Essa mobilização já se revestia de um fino conhecimento dos instrumentos jurídicos que os favelados poderiam evocar na garantia de seus direitos, conforme nos relata, por exemplo, o trecho abaixo do *Jornal do Commercio*, em 1913, alguns anos depois, sobre as tentativas de remoção dos moradores do mesmo morro de Santo Antônio pela Diretoria de Saúde Pública do Distrito Federal:

Ainda há quem encontre recursos no Poder Judiciário para dilatar, protelar e até annullar a ação da autoridade. E assim se explica, como e porque tem sido infructífero, em muitos casos, o esforço da Directoria da Saúde Pública. Não é difficil apresentar casos concretos. Quem há ahi que não lastime e censure, por exemplo, a situação

em que se vê esta cidade, cingida de bellos morros e collinas, aquelles e estes, porém, hediondamente, enxertados de barracões toscos e de casebres de horrível aspecto, fétidos, repellentes, abrigando moradores de ambos os sexos, em inteira promiscuidade, sem água e sem esgotos.

A mobilização dos moradores de favela já se manifestava de maneira mais institucionalizada a partir da década de 1920, com a formação dos primeiros centros pró-melhoramentos de bairros. O Centro Político de Melhoramentos do Morro do Pinto, por exemplo, foi fundado no dia 12 de outubro de 1925 e seus estatutos registrados em 1928. Dentre o rol de finalidades da associação, o seu artigo 4º estabelecia que ele deveria empregar todos os esforços possíveis junto aos poderes públicos para que fossem melhoradas as ruas que dão acesso ao morro do Pinto e adjacências, assim como garantir que tais ruas fossem servidas por *bonds* e luz elétrica (GONÇALVES, 2010)¹

Estas associações foram reconhecidas pela política empreendida pelo prefeito Pedro Ernesto (1931-1936) no Distrito Federal, que procurou imprimir uma nova relação entre os poderes públicos e os favelados. Pedro Ernesto multiplicou o número de visitas às favelas e aos bairros do subúrbio. Largamente divulgadas pela imprensa, essas visitas contribuíram para consolidar a sua popularidade junto às classes populares. Conforme nos relata o *Jornal do Brasil*, em 1933, atendendo ao convite do Centro Político de Melhoramentos do Morro de São Carlos, a sua comitiva:

Preferiu a parte mais accidentada do morro, precisamente aquella onde nada se fez, até hoje, para melhorar as condições de vida de centenas de famílias que habitam os barracões (...) o interventor percorreu o morro, indo até as grimpas. Alli pode certificar-se de quanto necessita aquele bairro. Dando volta pela caixa d'água, o Dr. Pedro Ernesto desceu por verdadeiros precipícios e essa atitude do governador da cidade causou funda impressão à massa popular que o acompanhava na excursão. ».²

Alguns dias mais tarde, o mesmo jornal, ao lembrar as “excursões” do prefeito, observava o aparecimento de sólidas organizações de bairro, visando assegurar os interesses da população local. Essas comissões se concentravam nas áreas populares, tanto nos subúrbios como nas favelas, *locus* privilegiado da ação do prefeito: “Nem aos domingos o interventor carioca descansa, porque para esses dias elle aceita convites de commissões de melhoramentos que se organizam em todos os bairros da cidade e que o homenageiam com festas de character popular.”³

Com a destituição de Pedro Ernesto, o reconhecimento dessas associações foi abalado, sobretudo depois da instalação do Estado Novo. A dinâmica associativa retomou fôlego no processo de democratização do pós-guerra. As favelas se tornaram definitivamente um local importante de ação política na cidade, com uma presença importante de militantes comunistas. Para entender a relação entre os comunistas e as favelas, é importante que se olhe sobre a forma dos primeiros conceberem a realidade social brasileira e como essa concepção pautou suas iniciativas.

Ao final do Estado Novo, o partido apregoava a tese da União Nacional. Essa visão seguia pelo caminho no qual a superação do capitalismo poderia ser feita sem grandes rupturas dentro do regime. No caso específico do Brasil, primeiramente deveria ser buscado o seu desenvolvimento capitalista, a fim de que fosse realizada uma revolução antifeudal, anti-imperialista e democrática. Assim, segundo esse tipo de interpretação, operários e burgueses não estariam, nesse momento, em campos necessariamente opostos, devendo-se apoiar os setores da burguesia que os comunistas consideravam progressistas, ligados ao capital nacionalista (PANDOLFI, 1995).

No que diz respeito à aproximação do Partido Comunista com as camadas populares, o período de 1945 a 1947 marca o auge da filiação de intelectuais, fenômeno que já vinha ocorrendo desde a década de 1930. Por trás desse fato, é possível identificar um projeto de educação política das massas pela cultura, no qual o Partido atuaria como um elemento de mobilização e organização do proletariado. Outro exemplo concreto dessa atuação mobilizadora é a criação, em 1945, do jornal *Tribuna Popular*, que seria um veículo para atingir as massas. Este periódico já anunciava e estimulava, em sua edição de 30 de maio de 1945, a expansão do movimento associativo de bairro no Rio de Janeiro:

Em todos os bairros do Distrito Federal, vão se formando para defesa das aspirações e necessidades locais, agrupamentos cujos membros se reúnem independente de opiniões políticas, mas desejosos de resolver eficientemente os problemas mais sentidos.

Durante o seu curto período de legalidade (1945-1947), o Partido Comunista instala células ou subcomitês nos morros da cidade, como foi o caso do subcomitê do morro da Liberdade (atual morro do Turano)⁴, pertencente ao comitê da Tijuca e com uma forte presença de intelectuais desse bairro, sobretudo juristas. Segundo o *Jornal Imprensa Popular*, de 19 de julho de 1946, um dos membros desse comitê informou à redação do jornal que advogados dessa organização estavam agindo constantemente em defesa dos direitos dos que residiam naquele local, concentrando suas lutas contra a expulsão da favela pelo grileiro Turano e pela reivindicação de melhorias das condições de vida junto à Prefeitura.

Entretanto, no governo Dutra (1945-1950), durante o qual vigora o contexto da Guerra Fria e do recrudescimento contra o comunismo, o PCB retorna à ilegalidade em 1947, sendo cassados seus congressistas eleitos em 1945 e 1947. No entanto, a presença dos comunistas se manteve nas favelas cariocas, atuando no seio de Comissões de Ajuda de Bairros ou de Comitês pela Paz e contra a Guerra da Coreia, braços legais do partido, que mantiveram acesa a influência comunista em algumas favelas da cidade. O documento nº1817 (sem data e sem assinatura), do acervo da Divisão Política e Social da Polícia demonstra a preocupação das forças públicas quanto à presença comunista nesses espaços no final dos anos 1940:

Esclarecimentos em forma de relatório quanto a núcleo ou célula comunista existente em terrenos de propriedade do Sr. Emilio Turano no morro do Itapagipe. Nos terrenos que margeiam e circundam a “Casa Branca” também denominada

“Fazenda Turano”, existe uma célula, núcleo ou sub-comitê, denominado “André Rebouças”, com ramificações em vários pontos da grande área de terrenos onde se acha edificada a conhecida “Casa Branca” de propriedade do referido Sr. Emílio Turano, presentemente, com a denominação que lhe deram os comunistas de “Morro da Liberdade”, atentando, assim, sobre o direito de propriedade desse verdadeiro proprietário (...). Atualmente, com a interdição da célula comunista feita pela polícia, ou seus membros se reúnem ora no barracão de Rogério Manoel Domingos, ora num determinado local do morro previamente anunciado pela imprensa e por folhetos distribuídos entre os seus adeptos. Foi criada, recentemente, uma comissão de ajuda ao Morro da Liberdade dirigida por destacados elementos comunistas, que vem funcionando ativamente em determinados locais, inclusive no próprio morro, jamais no local anunciado pela imprensa, o que se traduz no despistamento da polícia especializada.⁵

Apoiando-se em questões que suscitavam forte apoio popular, como as reivindicações pela paz e contra a bomba atômica, tais associações penetravam nos bairros, exercendo um papel crucial na formulação de uma pauta de reivindicações de interesse local. Através da análise do programa de atividades sociais do Movimento Carioca pela Paz, cujo secretário era o advogado Antoine de Magarinos Torres, figura central na criação da UTF, compreende-se que essa estratégia comunista de inserção nas questões locais era deliberadamente concebida. O seu ponto 4º evocava: “4) levantar, sob a bandeira da paz, as reivindicações locais, tais como água, esgoto, calçamento, escolas, transportes, assistência médica, melhoria de condições de trabalho e, principalmente, a luta contra a crescente carestia de vida;”⁶.

O contexto histórico da formação da UTF nos anos 1950

Conforme evocamos brevemente acima, o movimento associativo nas favelas era antigo e vivia uma forte ebulição entre os anos 1940 e 1950. Da mesma forma, apesar da ausência de uma política pública voltada para a remoção em massa das favelas, vários processos de reintegração de posse de áreas faveladas foram ajuizados a partir dos anos 1950, revelando profundas transformações urbanísticas de certos bairros da cidade, que perdiam paulatinamente o seu caráter proletário para adquirir ares mais burgueses e elitistas com forte interesse do mercado imobiliário (ABREU, 1984, 2006).

É o caso, por exemplo, do tradicional bairro da Tijuca, que, no início do século XX, possuía uma região de caráter operário, com fábricas que começaram a surgir ainda no século XIX⁷. Tal fato acabou contribuindo para duas situações: a maior urbanização da área e o crescimento de ofertas de trabalho mais favoráveis à população de baixa renda (CARDOSO, VAZ, ALBERNAZ, AIZEN & PECHMAN, 1984). Porém, o aumento das oportunidades empregatícias, não acompanhado pelo planejamento habitacional, criou uma conjuntura favorável ao aparecimento de formas de moradias caracterizadas pela informalidade. A vocação industrial do bairro já estava em concorrência com grupos de classes médias que

se interessavam pela sua posição estratégica, próximo do Centro e das principais artérias da cidade.

Segundo a versão de um antigo morador, a área onde atualmente está localizada a favela do Borel teria pertencido à família francesa Puri Borel, que a utilizava para a exploração madeireira. Em 1918, esses proprietários teriam desaparecido e trabalhadores de origem portuguesa, empregados dos antigos donos, passaram a atuar como grileiros, erigindo moradias de aluguel para os que trabalhavam nas inúmeras fábricas daquele entorno (GOMES, 1980). Em 1945, a imobiliária Borel Meuron teria começado a realizar uma série de obras de terraplanagem na rua Conde de Bonfim, nas proximidades do morro, o que teria começado a preocupar seus moradores. Tal temor se deveu à possibilidade de especulação imobiliária, com base em loteamentos e edificações, e o consequente o despejo da favela (ARQUITRAÇO, 1996).

Essa possibilidade não se revelaria infundada ao se dar a abertura de um processo de despejo. Nesse contexto, é criada a UTF, em 1954, objetivando, primeiramente, angariar fundos para fazer frente às custas processuais, e buscando, ainda, mobilizar os moradores pela reivindicação por melhores condições de moradia. Procurado para auxiliar juridicamente no processo, Magarinos Torres se tornou figura central para a definição de objetivos e reivindicações, assim como na organização de atos de protestos, passeatas e vigílias. Sua importância para a organização é tamanha que seu retrato estampa a capa de seu estatuto (LIMA, 1989).

A criação da entidade está relacionada ao contexto de influência crescente do Partido Comunista⁸, a partir do pós-guerra, através da participação em movimentos de resistência a despejos em favelas como Mata Machado, além do próprio Borel, ambas localizadas na Tijuca (LIMA, 1989). Através da unificação de questões relativas à habitação e emprego, o órgão visou, igualmente, a criação de uma identidade que associasse o morador de favelas ao universo do trabalho. A instituição foi um importante instrumento para a construção de uma identidade específica para os moradores de favelas, associada à esfera do trabalho, diferenciando-os das imagens de vadio e de malandro. Essa questão foi uma característica interessante da UTF enquanto movimento associativo, pois unificava debates em torno das questões da moradia e do trabalho.

Além da defesa contra a reintegração de posse, a UTF, sob a forte influência de seu fundador, teve um papel destacado e pioneiro na construção de um discurso pautado no acesso a direitos pelos favelados. Magarinos Torres formulou um projeto de lei que reivindicava o direito de posse da terra aos favelados.⁹ Nas suas considerações iniciais, esse projeto já previa a condenação à política de remoção das favelas para conjuntos habitacionais distantes, política que se consolidou, no entanto, no Rio de Janeiro, a partir dos anos 1960¹⁰.

O projeto previa também que o trabalhador favelado teria a capacidade de melhorar paulatinamente o seu barraco se ele tivesse segurança da posse e se lhe fosse facilitado o acesso

ao crédito para a compra de material de construção. Além de prever a regularização do solo e a urbanização da área, o projeto pretendia também regularizar a situação dos comerciantes.¹¹ Apesar dos receios da influência comunista no funcionamento da UTF, este projeto de lei não defendia medidas socializantes, mas procurava, sobretudo, romper o aspecto precário e provisório das favelas, consolidando-as definitivamente à cidade¹² e assegurando aos seus moradores os mesmos direitos dos demais cidadãos.

Dentro dessa perspectiva, podemos notar a construção de uma memória sobre a UTF que reforça, justamente, o caráter associativista da entidade que não se restringisse às fronteiras de uma única favela. Segundo o depoimento de Manoel Gomes (1980: 24)¹³:

1º - manter-se organizado dentro da associação local;

2º - estender a União dos Favelados em todo âmbito territorial do Rio de Janeiro;

3º - que seja criado um órgão central que controle todas elas, como os elos de uma corrente para acorrentar a sanha dos grileiros nas suas incontidas investidas contra os trabalhadores favelados, como tem sido até então.

Vamos agora decidir o que vamos fazer aqui. Ali está um terreno vago, onde deverá ser construída uma escola para que as crianças daqui aprendam a ler e escrever. Aqui ao lado, depois dessa jaqueira, poderá ser construído um posto médico, para atender em casos não graves as suas famílias, porém, isso só poderá ser feito se vocês quiserem, se acharem justo. Para isso têm que ser todos associados da União, para conseguirem recursos financeiros para essas e outras despesas, caso venham a surgir.

Através dessa passagem, vemos a valorização que a questão associativa assume na memória de Manoel Gomes, uma vez que o foco privilegiado diz respeito à organização interna dos moradores de favelas feita de forma interligada e coordenada por uma entidade central, no caso, o primeiro diretório da UTF, que surge justamente no Borel. Outro fator para o qual se deve atentar são as duas outras medidas sugeridas por Magarinos: a criação de uma escola¹⁴ e de um posto médico, esse com a ressalva de atender a casos “não graves”. Ou seja, criar meios de acesso a serviços pertencentes à “cidade formal” e, com isso, reduzir a distância em direção às benesses que caracterizariam o *direito à cidade* (LEFEBVRE, 2001). Por último, gostaríamos de chamar a atenção para a caracterização dos moradores do Borel não como sujeitos passivos, mas como agentes executores dessas propostas a partir de sua própria vontade, afinal, sua execução só ocorreria “se vocês quiserem, se acharem justo” (GOMES, 1980, p. 24).

A UTF não se resumiu aos interesses locais da favela do Borel ou das outras favelas onde existiam suas secretarias,¹⁵ suas iniciativas estimularam a constituição de uma solidariedade entre as favelas. Além das festas, eventos e manifestações que procuravam agremiar todos os favelados da cidade, a UTF procurou reforçar a ajuda mútua entre as favelas. O caso do desmante do morro de Santo Antônio, a partir da segunda metade dos anos 1950, é emblemático: Amoroso (2011) analisou a cobertura da mídia sobre o desmante desse morro e identificou que a favela ali existente “não saiu na foto”, ou seja, o desmante foi tratado como

uma intervenção pública de melhoria urbanística da cidade sem mencionar que ali viviam milhares de pessoas. No entanto, os impactos sociais e políticos da remoção dessa favela foram notórios. Gomes (1980, p.33) afirma, por exemplo, que um dos critérios para poder obter uma permissão da UTF para construir uma nova moradia no Borel, na segunda metade dos anos 1950, era ser justamente originário do morro de Santo Antônio. Enfim, a sua intenção era se tornar o porta-voz dos favelados, aumentando o poder de mobilização dos favelados, como demonstra as considerações finais do projeto de estatuto da UTF:

Não deixe, favelado, de ingressar na União dos Trabalhadores Favelados, porque você, unido ao meio milhão de favelados existentes no distrito federal, poderá tudo, até eleger inteirinha a “Câmara de vereadores do Distrito Federal” e uma grande maioria dos deputados, indicando o nome dos próprios companheiros favelados para representá-lo naquelas casas do povo. A riqueza dos “grileiros” nada valerá contra a força da nossa união.¹⁶

Desse modo, vemos que há uma busca constante pelo direito à permanência, seja pelo questionamento ao processo de despejo presente no discurso de Magarinos, seja pela exigência de desapropriação de terrenos de favelas vista no anteprojeto de lei do advogado. Porém, a permanência está aliada ao alcance de serviços que vão de equipamentos públicos (água, iluminação e coleta de lixo) ao acesso à educação e saúde. E tendo em vista a necessidade de privilegiar o movimento associativo, vemos, igualmente, que o direito à permanência precisa, segundo a visão de Magarinos em seu anteprojeto, ser embasado pelo associativismo para se tornar direito à cidade e garantir acesso a bens de infraestrutura, como condições de saneamento e escolas.

Ou seja, apenas a garantia de existência das favelas não é o suficiente, sendo ressaltada a urgência de se estabelecer elos desse grupo social com instrumentos legais que viabilizem um convívio com o poder público que não seja pautado pela ambiguidade – fator que acaba por se transformar em moeda política e reforça a condição hierarquicamente desprivilegiada desses indivíduos (FISCHER, 2008 e GONÇALVES, 2010) –, mas que pavimente caminhos sólidos rumo a condições que permitam a fruição de serviços básicos.

Apesar de os líderes da UTF declararem a sua autonomia política, o apoio dos militantes comunistas era notório, como se manifestava pela cobertura ostensiva dada pelo jornal de tendência comunista *Imprensa Popular* às suas atividades. A UTF suscitou uma forte preocupação das autoridades a ponto do presidente Café Filho afirmar, à época, que era preferível escutar que um batalhão tinha se insurgido que escutar que o povo revoltado desceria das favelas (citado por Coutinho, 1959, p.19).

O relatório SAGMACS (1960, p.31) formulou, no entanto, duras críticas às atividades de Magarinos Torres, afirmando que ele tinha “práticas terroristas” de usar crianças e mulheres na frente das manifestações políticas para evitar a violência policial.¹⁷ Segundo o mesmo relatório, a UTF cobrava mensalidades e comercializava terrenos nas favelas e

estava em conflito aberto contra a Fundação Leão XIII, forçando mesmo o fechamento do posto desta fundação na favela do Borel. O relatório afirmou, ainda, que Magarinos andava armado e mandava atear fogo aos barracos quando os moradores se negavam a comparecer às passeatas ou não pagavam as mensalidades devidas à UTF para o seu funcionamento.

O inquérito policial nº13, de 1962, trouxe uma série de depoimentos extremamente negativos de moradores das favelas Parque União e Rubens Vaz do complexo da Maré quanto à atuação violenta de Magarinos nessa área.¹⁸ Os jornais da época fizeram ampla cobertura desse evento:

Magarinos vendia e alugava barracos que não eram seus, sob a alegação de que, assim, estava defendendo os favelados de um possível despejo. Cobrava aluguéis de 3 mil cruzeiros e 40 mil por uma tendinha. Com sua “gang”, constituída de mais de trinta marginais, despejava aqueles que não queriam pagar o aluguel e ainda mandava espanca-los.¹⁹

É preciso, no entanto, relativizar essas fontes policiais, já que essas favelas eram objeto de disputa política com a intervenção de diferentes políticos, desde o bispo D. Helder Câmara até o governador da Guanabara, Carlos Lacerda.²⁰

A influência da UTF e de Magarinos declinou consideravelmente no início dos anos 1960. Novas lideranças e instituições emergiram, tendo como principal resultado a criação, em 1963, da Federação de Associações de Moradores da Guanabara (FAFEG), que exerceu um importante papel contra as remoções iniciadas por Carlos Lacerda. Com a instalação da ditadura de 1964, a UTF já esvaziada é, inclusive, obrigada a mudar seu nome no próprio local de sua fundação e passa a se chamar Associação de Moradores do Borel, o que denota uma separação do movimento dos trabalhadores e sindical, além de restringir a prática do associativismo apenas à favela do Borel. As lideranças, consideradas subversivas pelos militares, também são afastadas, e ao longo da década de 1960 e boa parte da década de 1970, a associação passa a dedicar-se mais a questões relativas à infraestrutura habitacional e sanitária, abandonando a problemática política e a postura antirremocionista (ARQUITRAÇO, 1996). O próprio advogado passaria por um curto período de exílio, vindo a falecer no Brasil, por problemas de saúde, em 1966.

O protagonismo da UTF na memória sobre o movimento associativo das favelas

A virada dos anos 1970 para os anos 1980 foi um período de ampla reorganização de diversas instâncias de mobilização da sociedade brasileira, quadro no qual se encaixa o movimento associativo de moradores de favelas (BURGOS, 1998, BRUM, 2006, GONÇALVES, 2010). No final dos anos 1970, a Federação de Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ)²¹ vinha sofrendo uma série de críticas, no que diz respeito a ligações de sua diretoria com a corrente política conhecida como

“chaguismo”²² e a ausência de uma postura mais combativa. Através do uso desse discurso de desqualificação, um novo corpo de lideranças passou a reivindicar um maior espaço de ação na FAFERJ, passando a ter o controle da entidade sobretudo a partir dos anos 1980 (DINIZ, 1982, BRUM, 2006).

Outros elementos podem ser apontados dentro dessa disputa no movimento associativo de favelas, entre eles a concorrência entre diferentes grupos de oposição à ditadura militar brasileira, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Ação Popular (AP)²³ (AMOROSO, 2012). Essa convivência, marcada por uma disputa de tonalidades variáveis, ocorrerá em diferentes favelas e na própria Faferj, sendo um importante fator para o entendimento da reorganização associativa desse setor populacional (*idem*).

Dentro desse contexto, é possível perceber a mobilização de uma memória sobre a UTF, como forma de valorizar a retomada do movimento de moradores de favelas. Em entrevista concedida em 1980, Irineu Guimarães, antigo militante do PCB que depois se filiaria ao MR-8, então presidente da Faferj, chega a citar a UTF como um modelo (COSTA, 1980: 24): “O Borel representa toda uma tradição de luta nos trabalhos para a filiação em 1954, apoiado pelo único deputado que tínhamos, Roberto Morena”. Ou seja, notamos uma referência direta ao ano de criação da UTF e ao político pecebista Roberto Morena, um dos principais colaboradores da instituição, cuja escola por ela construída chegou a ter seu nome (AMOROSO, 2012: 117), além da menção à “tradição de luta nos trabalhos para a filiação”.

Outro exemplo da valorização de uma memória sobre a UTF é o lançamento do livro *As lutas do povo do Borel*, em 1980. Escrito por Manoel Gomes, antigo morador dessa favela e militante do PCB, a obra foi editada pela Livraria Muro, ligada ao “Partidão” e com filiais em Ipanema, Catete e Tijuca. A publicação foi prefaciada por uma das principais figuras históricas do Partido, Luiz Carlos Prestes. Em seu prefácio, o “Cavaleiro da Esperança” chega a evidenciar um discurso de valorização do passado da UTF como exemplo e modelo em um período de reconstrução democrática no Brasil (GOMES, 1980: 2-3):

Mas o aspecto mais estimulante desta história do morro do Borel está no ensinamento que nos transmite a respeito da *força que alcançam os explorados quando se unem e se organizam*. A história do surgimento da União dos Trabalhadores Favelados – hoje, União dos Moradores do Morro do Borel – revela a *força que pode alcançar a democracia quando posta em prática pelas próprias massas trabalhadoras*. (...) *Que este livro chegue às mãos do povo é pois o que desejo* (grifos nossos)

Ou seja, na própria apresentação de *As lutas do povo do Borel* já podemos perceber três fatores. O primeiro é que se trata de uma história da UTF, objeto central do relato de Gomes. O segundo é que essa história é vista como um exemplo da “força que alcançam os explorados” quando, mobilizados e organizados, constituem um coletivo de reivindicação. O terceiro diz respeito à vontade e interesse de que essa história chegue “às mãos do povo”, ou seja, alcance um considerável grau de veiculação e se torne conhecida.

Sua circulação, assim, possibilitaria o uso de um fato histórico, a criação e atuação da UTF, e suas interpretações como um exemplo de modelo a ser seguido, por significar “a força que pode alcançar a democracia quando posta em prática pelas próprias massas trabalhadoras”. Assim, notamos uma tendência ao uso do passado como um referencial positivo a ser seguido e considerado como modelo²⁴. Outro aspecto a ser sublinhado é o fato de que a memória e a atuação de um grupo dentro da UTF, ligado ao PCB, constituem o ponto de valorização desse discurso sobre o passado. Contudo, essa situação ocorre em um momento de disputa por grupos de esquerda dentro do próprio Borel, favela na qual a União foi criada, fato que serve como ponto de apoio para uma crítica mais aprofundada acerca dessa valorização memorial sobre a entidade.

A entrada do MR-8 na cena política do Borel se dá no já mencionado contexto de aumento de disputa com os comunistas, quando o primeiro oficializa seu apoio à “Frente Popular”, intensificando sua participação junto aos ditos “meios operários”. Nesse período, a disputa ocorre igualmente na Faferj, que viria a ser assumida por Irineu Guimarães, do MR-8, conforme citado anteriormente. Essa disputa é exposta por Armando Sampaio, militante do PCB, da seguinte forma:

Nós só entrávamos em disputa em dois momentos, basicamente. No MDB, onde se disputava uma participação lá dentro, e formas de visões diferentes de encarar as coisas, (...) em geral nós tendíamos mais para uma política democrática, uma política de frente democrática (...). E, é, outro momento também em que a gente se encontraria em atrito era na Federação de Favelas do Rio de Janeiro, a Faferj, onde o MR-8 tinha uma grande participação. Nós tínhamos uma razoável participação, aí tinham várias zonas, a Faferj tinha zonais por áreas, e tinha a Faferj como um todo, que o presidente na época até era o Irineu, que era do MR-8. Mas nós tínhamos participação lá dentro também.

Ainda com relação ao “Oito”, é possível notar uma memória de sua atuação no Borel que evidencia uma disputa com os comunistas. Josias Pereira foi integrante da chapa encabeçada por José Ivan, membro do MR-8 e que seria presidente da Associação de Moradores do Borel inúmeras vezes, que concorreu às eleições na virada dos anos 1970 para 1980. Embora não possuísse filiação ao MR-8, faz a seguinte referência sobre à época diretoria da Associação, composta, em grande parte, por antigos militantes pecebistas que chegaram a participar do auge da UTF (depoimento de Josias Pereira, 24/09/2010): “Nós começamos a trabalhar, era o seguinte, nós trabalhávamos na associação por fora e nós falamos que íamos lançar um candidato novo, para disputar contra a “velharia” que era o Lira, aqueles “coroas” da antiga, do passado, o Bonifácio”. No mesmo depoimento, chegará a ser afirmado (*idem*): “*Você não podia viver agora em torno de Magarinos, ele já tinha passado. Agora você tinha que trazer outra geração para pelear também*” (grifos nossos).

Com isso, temos configurado um quadro de disputa política entre dois grupos distintos por um importante espaço de atuação junto à população de favelas. Esse tipo de embate

envolve a construção de representações negativas que visam desqualificar a ação do oponente (BOURDIEU, 1989), a exemplo do ato de chamar a atenção de “trazer uma nova geração para pelear”, não dependendo só da “velharia”. No caso, os oponentes à chapa à qual pertenciam Josias Pereira e José Ivan fazem parte do grupo retratado por Manoel Gomes em seu livro. Por mais que, conforme anteriormente visto, Josias Pereira chame a atenção para a importância do livro de Manoel Gomes, tal fato não impede a desqualificação desses atores no contexto de disputa pela associação da virada dos anos 1970 para o 1980, tendo em vista que estamos tratando de sujeitos pertencentes a órgãos que concorrem por esse espaço.

Tendo em vista o quadro de disputa política apresentado, fica o questionamento: a despeito de uma memória de valorização da UTF na reorganização do movimento associativo de favelas, é possível tomar essa visão como homogênea? Sobre o conteúdo do livro de Manoel Gomes, o já mencionado José Ivan (depoimento de 24/04/2009) chega a afirmar:

Porque, na verdade, quem estava por trás disso era o Partidão. O Partidão é que fez o livro e tinha histórias de Manoel Gomes, referências de Manoel. (...) Aquele livro foi uma edição muito simbólica e pequena. Foi mais para fazer referência ao PCB. Não foi um livro de grande escala, de grande divulgação, era um negócio meio fechado ao grupo, e era mais ou menos assim, e é claro que eu discordo completamente, porque eram pessoas que se diziam representativas, mas não tinham compromissos com mudanças de que o Borel precisava.

A passagem acima é ilustrativa sobre a necessidade de se relativizar uma memória de valorização da atuação da UTF. José Ivan foi membro do MR-8, grupo concorrente do PCB no que diz respeito à Faferj e favelas, das quais o Borel é um exemplo. Desse modo, é compreensível seu discurso possuidor de certo elemento de denúncia com relação ao livro de Manoel Gomes, cuja UTF pela visão do PCB é o principal traço, no que diz respeito à versão de um único grupo. Porém, há um fato para o qual gostaríamos de chamar a atenção: a fala de Irineu Guimarães citada anteriormente, de quem José Ivan se considerava discípulo, que revela a UTF como um exemplo de mobilização.

O que teria motivado tal citação? Será que no mesmo período José Ivan teria revelado opinião semelhante a Guimarães? Outras indagações podem ser feitas ainda nesse sentido: por que a UTF teria figurado como modelo valorizativo para a reorganização do movimento de favelas? Por que não usar a Fafeg como referência, a partir das lembranças sobre a atuação, em 1969, contra o programa de remoção de favelas dos militares? Tal fato teria relação com o objetivo de se evitar referências a uma entidade que desafiou diretamente o regime ainda vigente no Brasil? Mas, nesse caso, o discurso positivo sobre a UTF significaria um elemento menos problemático, uma vez que se tratava de uma entidade amplamente influenciada pelos comunistas?

À guisa de conclusão

Conforme visto, a criação da UTF pode ser considerada um marco para o movimento associativo dos moradores de favelas, ao se propor como uma entidade de convergência de órgãos representativos dos interesses desse grupo. Desse modo, pretendeu-se a criação de um polo de conagração de iniciativas anteriormente existentes, não sendo possível desconsiderar a ascendência comunista sobre a iniciativa, bem como a importante participação do advogado Antoine de Magarinos Torres. Em um período em que a batalha pela posse da terra e pelo direito à cidade se desenrolava na esfera jurídica, através de processos de reintegração de posse, a UTF foi um importante ator revelador de um projeto de cidade que considerasse as aspirações de uma parte considerável dos moradores das favelas.

A força da UTF no imaginário do movimento de favelas pode ser vista no uso de sua memória durante a reorganização desse movimento associativo, realizada no apagar das luzes da ditadura militar brasileira. Mesmo com a disputa entre MR-8 e PCB, além de outros grupos já citados, pela influência sobre o movimento associativo de favelas, há a instrumentalização de representações a partir de uma visão específica sobre o passado de uma entidade fortemente associada ao segundo partido. Tal fato pode ser notado na entrevista, anteriormente mencionada, de Irineu Guimarães, membro do MR-8, na qual há a valorização de um discurso sobre a UTF²⁵.

Uma possibilidade para o entendimento desse quadro é o fato de a União ter sido pioneira ao reivindicar para si uma instância de articulação do associativismo em favelas, além de construir um projeto para essas áreas, garantindo o acesso à regulação fundiária, serviços de infraestrutura urbana, saúde e educação. Houve um claro desejo de implementação dessa proposta através da tentativa de viabilização de um mandato parlamentar de Magarinos Torres, sendo que o mesmo escreveu um projeto de lei sem sequer possuir mandato. Desse modo, na visão desses atores, não serviria a UTF como um “exemplo do passado” mostrando o caminho a ser pavimentado pelo órgão representativo das associações de favelas em um período de reconstrução democrática?

Contudo, deve-se voltar um olhar mais atento e demorado sobre as condições sob as quais ocorreram o uso dessa memória sobre a UTF, a fim de compreender os diferentes interesses e atores envolvidos na mencionada reorganização, sem que se caia na equivocada interpretação de uma memória homogeneamente compartilhada e aceita, em um quadro totalmente harmônico e isento de conflitos e disputas.

Notas

1 - Para mais informações ver o Fundo: DPS, Pasta sobre o Centro Político de Melhoramentos do Morro do Pinto, do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)..

2 - *Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1933.

3 - *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1933.

4 - A favela do morro do Turano surgiu na década de 1920, a partir de um contrato de exploração de aluguéis de um cortiço na rua Barão de Itapagipe obtido pelo mencionado imigrante italiano. Nos anos 1940, com o fracasso de Emílio Turano ocorrido no morro do Salgueiro, a exploração sobre os moradores da favela do Turano prosseguiu, mais uma vez sendo relatada uma série de casos de abusos e violências. Seus moradores, então, passaram a organizar um movimento de resistência, contando com a participação de militantes comunistas e alguns advogados. O nome do morro alterou-se para “morro da Liberdade”, o pagamento dos aluguéis foi suspenso e um jovem advogado simpatizante comunista, Benedito Calheiros Bomfim, assume a causa. O caso da favela do Turano não resultou na expulsão de seus moradores, o que também não significou a garantia de estabilidade, direito à propriedade e acesso a serviços públicos (FISCHER, 2008, GONÇALVES, 2010).

5 - APERJ, fundo DPS, notação nº 1681.

6 - Transcrição sem data do Plano do Movimento Carioca pela Paz. Ver APERJ, fundo DPS, – Notação nº30.061. Podemos citar também, alguns anos antes, as sugestões do Comitê do Morro de São Carlos à convenção popular do Distrito Federal para a nova Carta Constitucional de 1946. Dentre os 32 itens encaminhados, o último pleiteava: “32. As favelas devem ser transformadas em bairros ou vilas operárias confortáveis (ver jornal *A Voz Popular*, de 17 de maio de 1946).

7 - Podemos destacar a Fábrica das Chitas (1820), onde hoje localiza-se a Praça Saens Peña, e a Cervejaria Brahma Villezer e Cia. (1895) (VIII REGIÃO ADMINISTRATIVA, 1971: 18-28).

8 - Ainda é difícil de estabelecer os laços de Magarinos Torres com o Partido Comunista. Ainda não encontramos provas que demonstrem que ele foi membro do Partido Comunista, apesar dos inúmeros recortes de jornais e de boletins reservados dos fundos de Polícia Política e da DPS (APERJ), que o descreviam como um perigoso comunista. No entanto, tudo leva a crer que existia um forte laço, ao menos como simpatizante ativo, sobretudo nos primeiros anos da década de 1950, já que ele participou de importantes associações e iniciativas que contavam com o apoio do Partido Comunista. Ele foi um dos encarregados, pela Conferência Continental de Juristas, tendo, inclusive viajado boa parte do continente latino-americano, de divulgar o evento. Este evento era organizado pela Associação de Juristas democratas e contava com a simpatia do Partido Comunista.

(ver APERJ. Fundo: DPS. notação nº30.147. Boletim reservado nº226). Da mesma forma, como já citamos anteriormente, ele foi o secretário do Movimento Carioca Pela Paz e Contra a Arma Atômica (ver APERJ. Fundo DPS – Notação 30.061).

9 - Este projeto de lei nunca foi apreciado pela Câmara dos Vereadores.

10 - Há uma vasta bibliografia sobre a questão das remoções, assunto que vem sendo estudado desde a virada dos anos 1960 para 1970, tendo como referências principais PERLMAN, 1977, VALLADARES, 1978, e LEEDS & LEEDS, 1978. Como contribuição recente, podemos citar GONÇALVES, 2010 e BRUM, 2011.

11 - Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, fundo DPS, nº 1046.

12 - O artigo 18 do projeto de estatuto da UTF afirmou que o primeiro objetivo da União era obter para os seus sócios o direito de morar nos terrenos em que ocupam quer por desapropriação, compra ou aquisição da posse ou usucapião. O artigo 19 reivindicava a urbanização das favelas com a instalação de serviços públicos (Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, fundo DPS nº293).

13 - Manoel Gomes foi um antigo morador do morro do Borel e, ao que tudo indica, membro do Partido Comunista. Sua figura será melhor explorada posteriormente.

14 - A escola em questão foi implementada em 1954 e nomeada como Escola Morena, em homenagem a Roberto Morena, político ligado ao PCB e um dos principais parceiros da UTF durante seus primeiros anos. Chegou a haver tentativas de sua desativação e derrubada da simples e pequena edificação onde funcionava. Tal fato não aconteceu devido à mobilização dos moradores do Borel, que chegou a enfrentar a polícia (AMOROSO, 2012: 116). É importante frisar a importância da construção de uma escola em uma favela em um período no qual o número de escolas públicas existentes não era o equivalente aos dias de hoje, sendo que as famílias de classe média e alta, em grande parte, costumavam frequentar esses colégios. Também deve ser mencionado que nessa época, para o aluno ingressar no segundo segmento do atual ensino fundamental, a antiga quinta série, era necessária a realização de uma prova, conhecida como exame de admissão, cuja reprovação impossibilitava a progressão do aluno. Tal fato também dificultava que as crianças de situação social e econômica mais humilde dessem prosseguimento à sua formação escolar.

15 - Segundo Gonçalves (2010, p.113), os centros sociais da UTF estavam presentes nas seguintes favelas: Borel, Jacarezinho, Esqueleto, Santo Anônio, Santa Marta, Formiga, Turano, Alemão, Providência, Mangueira, Salgueiro, Rocinha e Mata Machado.

16 - APERJ, fundo DPS nº293.

17 - “Nada porém, iguala em violência os métodos

do candidato a vereador M.T. [Magarinos Torres] na favela do Borel. Iniciou sua penetração fundando a União dos trabalhadores favelados". (SAGMACS, 1960, p.31).

18 - Ver APERJ. Fundo: PolPol.

19 - O *Globo*, 20 de março de 1962.

20 - O sr. João Alexandrino, principal testemunha do inquérito policial citado anteriormente, relatou da seguinte maneira a ação de Magarinos na favela da Maré: "Em todos os comícios, o Sr. Magarinos Torres fala da vida na Rússia e das maravilhas do comunismo soviético. Diz horrores da SERFHA e da Cruzada São Sebastião. Afirma, até, que D. Helder Câmara está milionário com o dinheiro conseguido em suas campanhas." (O *Globo*, 3 de março de 1962).

21 - No final dos anos 1960, a antiga Federação de Associação de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), foi um importante polo de resistência contra a política de remoções de favelas. Tendo em vista o contexto histórico de repressão crescente, principalmente após a proclamação do Ato Institucional número 5 (AI-5), houve perseguição política às lideranças mais combativas da Federação, que acabou por abrandar, em muito, sua postura (BRUM, 2006). Desse modo, esse quadro irá marcar a atuação da entidade nos anos 1970 após a fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro.

22 - Corrente associada a Antônio de Pádua Chagas Freitas, governador do Rio entre 1979 e 1983, caracterizada pela negociação política localista e pelo atendimento de demandas, muitas vezes, isoladas

e específicas como um de seus principais capitais políticos (MOTTA, 2000).

23 - Fundado em 1922, o PCB é o mais antigo desses grupos, possuindo uma tradicional atuação em favelas desde os anos 1950 (FISCHER, 2008, GONÇALVES, 2010). O MR-8 surge a partir de uma dissidência interna do Partido Comunista, passando a adotar tal denominação em 1969, ano em que foi responsável pelo sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick (CAMURÇA & REIS FLHO, 2007). A AP surge no início da década de 1960. Inicialmente influenciada pela doutrina católica, posteriormente aderiu ao marxismo-leninismo e ao maoísmo (CIAMBARELLA, 2007).

24 - As formas como as sociedades ocidentais têm lidado com os discursos sobre o passado, bem como a relação desse com as noções de presente e futuro, foram tomadas como base a partir da ideia de *regimes de historicidade*. Essa categoria diz respeito às formas de articulação, a partir de diferentes ordenamentos e graus de ênfase, entre passado, presente e futuro, constituindo, portanto, uma forma de entender e saber se colocar na própria experiência temporal (HARTOG, 1996 e 2006).

25 - É interessante observar que na diretoria da FAPERJ havia nomes ligados à "memória pecebista" sobre a UTF, como José Batista Lira, o que poderia ser indicativo de que mesmo com a disputa entre MR-8 e PCB, haveria possibilidade de uma espécie de "convivência tática" entre os dois grupos (AMOROSO, 2012: 169).

Referências Bibliográficas

VIII REGIÃO ADMINISTRATIVA. *Resumo histórico e informações sobre a Tijuca*. Rio de Janeiro: VIII Região Administrativa/Governo do Estado da Guanabara, 1971.

ABREU, Maurício. *Da habitação ao habitat: uma interpretação geográfica da questão da habitação popular no Rio de Janeiro (1850-1930)*. Rio de Janeiro: FCRB/IBAM/IUPERJ, 1984.

_____. "Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio". *Espaço & Debates*. São Paulo, v. 14, n. 37, 1994.

_____. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

AMOROSO, Mauro. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã*. Curitiba: Ed. CRV, 2011.

_____. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPHPBC-CPDOC/FGV, 2012.

ARQUITRAÇO. *Diagnóstico da primeira etapa do projeto urbanístico "Favela Bairro" no Morro do Borel*. Rio de Janeiro: Arquitraço, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRUM, Mario. *"O povo acredita na gente": rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação de mestrado. Niteroi: PPGH-UFF, 2006.

_____. *De favelados a favelados: dos programas de remoção de favelas à favelização do Conjunto Habitacional de Cidade Alta (1969-2006)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGH-UFF, 2011.

BURGOS, Marcelo. "Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro". In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

- CAMURÇA, Marcelo Ayres & REIS FILHO, Daniel Aarão. "O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB". In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. (coleção "As esquerdas no Brasil", v. 3).
- CARDOSO, Elizabeth, VAZ, Lílían F., ALBERNAZ, Maria Paula, AIZEN, Mário & PECHMAN, Roberto Moses. *História dos bairros, memória urbana*: Tijuca. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/ Index Editora, 1984.
- CIAMBARELLA, Alessandra. "Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular". In: FERREIRA, Jorge & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. (coleção "As esquerdas no Brasil", v. 3).
- COSTA, Marcus de Lontra. "Favelas, Rio: a terceira cidade do Brasil". Módulo. Rio de Janeiro: n. 57, fev. 1980.
- COUTINHO, Nadyr, Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados. Rio de Janeiro : SESC, 1959.
- DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política*: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FISCHER, Brodwyn. *A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth century* Rio de Janeiro. California: Stanford, 2008.
- GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.
- GONÇALVES, Rafael Soares. *Les favelas de Rio de Janeiro: histoire et droit – XIX et XX siècles*. Paris: L'Harmattan, 2010.
- HARTOG, François. "Tempo e História: "como escrever a História da França hoje?". *História Social*, n. 3. Campinas/São Paulo: IFCH/Unicamp, 1996.
- _____. "Tempos do mundo, história, escrita da história". In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.
- LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.
- LIMA, Nísia V. Trindade, O movimento de favelados do Rio de Janeiro. Políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973). Dissertação de mestrado em Ciências Políticas, IUPERJ/Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- _____. "Mania de estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara". *História Oral*. São Paulo: v. 3, 2000.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), 1960. "Aspectos humanos da Favela Carioca." *O Estado de São Paulo*. 8 et 15 Avril 1960. São Paulo. v.II
- VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.

Recebido em 04/02/2013